

**FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	18
III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	23
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	26
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022.....	28
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022	30
Nota 1 – Capital do Fundo.....	31
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	32
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	33
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial.....	36
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro	36
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados.....	37
Nota 15 – Custos Imputados	38
Nota 17 – Factos relevantes.....	38

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica económica, no primeiro semestre de 2022, esteve indubitavelmente afetada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, iniciando um conflito que teve graves repercussões sobre a economia mundial, ao conduzir a uma subida pronunciada dos preços da energia e das

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022P	2023P
Mundo	6,1	3,2	2,9
Países Avançados	5,2	2,5	1,4
EUA	5,7	2,3	1,0
UEM	5,4	2,6	1,2
Reino Unido	7,4	3,2	0,5
Japão	1,7	1,7	1,7
Países em Desenvolvimento	6,8	3,6	3,9
África	4,6	3,8	4,0
Ásia	7,3	4,6	5,0
China	8,1	3,3	4,6
Europa de Leste	6,7	-1,4	0,9
Médio Oriente	5,8	4,8	3,5
América Latina	6,9	3,0	2,0
Brasil	4,6	1,7	1,1

Fonte: FMI (julho de 2022)

matérias-primas, os quais já vinham com uma trajetória de subida desde meados de 2021.

Assim, um ano que se perspectivava de plena recuperação do choque pandémico veio a ser afetado por um segundo choque de oferta, com a consequente deterioração das condições económicas e cujos principais efeitos poderão sentir-se mais marcadamente em 2023.

O segundo choque de oferta provocado pela guerra traduziu-se numa aceleração pronunciada da inflação, que registou, no Verão de 2022, máximos de quase quatro décadas, resultando num duplo impacto: (i) uma intervenção mais musculada pelos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Em resultado, assistiu-se, ao longo do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, acompanhada de uma revisão em baixa das projeções de crescimento, tanto para 2022, como em especial para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, nas projeções de julho do “World Economic Outlook”, incorporou precisamente esses riscos, antecipando uma desaceleração pronunciada da atividade, em especial nas economias desenvolvidas, para 2023, com crescimento abaixo do potencial.

Os riscos estão enviesados em baixa, e associados, na Europa, a um corte total do fornecimento de gás russo a algumas economias, em especial a Alemanha.

Nos EUA, a economia contraiu já em cada um dos dois primeiros trimestres do ano, embora afetada por redução de existências e por contributos negativos das exportações líquidas. O consumo privado

manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3.5%.

A aceleração da inflação (que atingiu um máximo de 9,1% em junho) requereu uma intervenção mais rápida por parte da Reserva Federal, que iniciou o ciclo de subida de taxas em março e posteriormente acelerou o ritmo de subida, tendo em julho subido as taxas em 75pb, a maior subida desde 1994.

A zona euro é a região mais afetada pela guerra, considerando sobretudo a maior dependência energética face à Rússia, com os consequentes efeitos decorrentes da redução na oferta e da subida dos preços. Os indicadores de curto prazo começaram a evidenciar uma mais pronunciada desaceleração da atividade, em especial com riscos para o segundo semestre do ano. Contudo, o mercado laboral também permaneceu dinâmico, com a taxa de desemprego em mínimos históricos.

O Banco Central Europeu, em março, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, começando pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre, e posterior término do programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro, após o que se iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

A mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 50pb, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, assim pondo termo a um longo período de taxas de juro negativas. Em junho o BCE havia sinalizado uma subida de 25pb, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista e como forma de evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Nos mercados emergentes, a atividade iniciou igualmente uma dinâmica de desaceleração, fruto da conjugação de vários fatores.

Por um lado, as perturbações nas cadeias de valor ainda causadas pela pandemia na China, com a aplicação de *lockdowns* em resposta a surtos de Covid-19. Na China, ainda, subsistiram problemas no mercado imobiliário, afetando o investimento.

Por outro lado, os riscos decorrentes das perturbações no fornecimento de matérias-primas alimentares, em especial cereais, na medida em que os dois países em conflito são dos principais produtores mundiais de cereais. Acrescem os efeitos da subida dos preços.

Adicionalmente, os efeitos que a subida das taxas de juro, em especial as do dólar norte-americano, têm sobre os custos de financiamento para as economias emergentes.

Como referido, no primeiro semestre de 2022, o enquadramento da política monetária sofreu uma alteração profunda, com o término do período de taxas de juro negativas, em particular na zona euro.

Nos EUA, a Reserva Federal deu primazia ao objetivo de estabilidade dos preços, em detrimento da atividade económica, mantendo uma orientação de subida de taxas de juro, apesar dos riscos negativos para a atividade económica.

Na zona euro, o BCE, depois da antecipação das subidas em julho, continuou a sinalizar a necessidade de subida das taxas de juro de referência, mas a decisão estará dependente da informação disponível à data de cada reunião.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo de mercado atingiram níveis não observados desde há vários anos. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses aproximou-se dos 3%, o que não ocorria desde antes da Grande Crise Financeira (GFC), de 2008.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 meses aproximou-se, em agosto, dos 0.5%, o nível mais elevado desde 2011 e que terminou efetivamente o período de taxas de juro negativas que vigorou desde 2015.

A aceleração da inflação e a intervenção dos bancos centrais influenciou, também, a dinâmica das taxas de juro de longo prazo, num movimento que se caracterizou inclusive por alguma volatilidade.

Nos EUA, a yield a 10 anos ultrapassou os 3%, e a curva de rendimentos inverteu entre os 10 anos e os 2 anos, o que não ocorria desde antes da GFC. Uma inversão da curva de rendimentos é tradicionalmente identificada como indicador avançado de um posterior período recessivo.

Na zona euro, as yields também subiram, em resultado da aceleração da inflação e do término dos programas de aquisição de ativos. Contudo, a dinâmica foi diferenciada entre países, com uma subida mais pronunciada para os países periféricos, em especial Itália.

Para assegurar a normal transmissão da política monetária, em julho, o BCE anunciou a criação do “Instrumento de Proteção da Transmissão”, que será utilizado em casos onde movimentos indesejados e desordenados dos mercados possam colocar em causa a transmissão da política monetária na zona euro. A decisão de utilização cabe ao BCE, sendo que os países alvo da intervenção devem cumprir um conjunto de critérios, relacionados com a não existência de um procedimento de défices excessivos, a ausência de desequilíbrios macroeconómicos e a sustentabilidade das contas públicas.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica revelou um maior dinamismo no início do ano, em parte fruto de efeitos de base relacionados com as vagas pandémicas (em 2021, no primeiro trimestre tinha havido um novo confinamento geral). Contudo, nos três primeiros meses de 2022, assistiu-se a um

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2022

crescimento em cadeia generalizado, o que (i) permitiu que a economia quase recuperasse os níveis pré-pandemia e (ii) deixava perspetivas favoráveis para o crescimento no conjunto do ano de 2022.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022P	2023P
PIB	4,9	6,9	1,0
Consumo Privado	4,5	4,8	-0,6
Consumo Público	4,1	2,7	3,3
Investimento	7,9	-1,1	0,7
Exportações	13,1	20,5	2,9
Importações	13,1	11,4	1,5
Inflação média	1,3	7,5	3,7
Desemprego	6,6	6,4	6,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-1,5	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	127,4	118,2	115,6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,7	0,3	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

O cenário de guerra e a subida dos preços da energia e das matérias-primas vieram alterar o enquadramento, tendo a atividade já contraído marginalmente no segundo trimestre (-0,2%), embora com um crescimento de 6,9% face ao mesmo período do ano passado.

Esta desaceleração homóloga foi explicada por um menor contributo do consumo privado e investimento, que terão começado a sofrer os efeitos das subidas de preços.

Já a procura externa teve um contributo positivo para o crescimento, fruto em grande medida da recuperação da atividade turística, que, em algumas regiões, recuperou, ou mesmo ultrapassou, o volume de turistas observado antes da pandemia, em especial em termos de não residentes.

Esta recuperação deverá ser um fator marcante, em particular durante os meses, de verão, contribuindo para mitigar os efeitos adversos da guerra em curso na Ucrânia.

Em julho, a inflação acelerou para 9,1%, um máximo desde 1992, o que coloca pressão sobre os orçamentos familiares, fator ao qual acresce o impacto da subida das taxas de juro, em especial no crédito à habitação.

Contudo, as famílias beneficiam de uma situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego a situar-se em 5,7%, no final do segundo trimestre. Adicionalmente, ainda dispõem da poupança acumulada durante o período da pandemia, com o volume de depósitos das famílias em níveis máximos. A taxa de poupança retrocedeu face aos máximos de 2021, mas permanecia ainda em 8,3% no final do primeiro trimestre.

A conjuntura económica, no decurso do 2.º trimestre de 2022, caracterizou-se por uma diminuição do indicador de clima económico, decorrente de uma queda expressiva da confiança no setor de Construção e Obras Públicas, apesar da subida nos setores da Indústria Transformadora e de Comércio e Serviços.

Na Indústria Transformadora, a melhoria de confiança ao longo deste período deveu-se ao contributo positivo das perspetivas de produção, mitigando os impactos negativos relativos à evolução da procura interna e externa. No setor da Construção, a forte queda da confiança deveu-se ao contributo negativo da carteira de encomendas e das perspetivas de emprego. No Comércio, o aumento da confiança resultou da melhoria relativa ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa,

mitigado pela deterioração das apreciações sobre o volume de stocks. Nos Serviços, o aumento da confiança deveu-se à apreciação positiva relativa à atividade da empresa, que mais do que compensou o contributo negativo sobre a evolução da carteira de encomendas e perspetivas de evolução da procura.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 197% do PIB (-6pp face ao 1T21), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 4pp, para 129%) e das famílias (em 2pp, para 68% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, neste período, em 9pp, para 126.7% do PIB.

Apesar da maior complexidade do contexto macroeconómico, a expansão da atividade, juntamente com a subida dos preços, refletiu-se num maior crescimento da receita fiscal. Assim, a junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente 1,1 mil milhões de euros, destacando, por um lado, o crescimento da receita (+20%) e a redução da despesa em 1.7%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado e a atuação do Banco Central Europeu. A yield dos 10 anos subiu até 2,3%, um acréscimo de 182pb face ao valor de final de 2021.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (positivo), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (positivo).

Política de investimento

O primeiro semestre do ano ficou marcado por uma elevada volatilidade tanto nos mercados acionistas como obrigacionistas, e por uma crescente inflação. A invasão da Ucrânia acelerou o aumento da inflação, e em resposta, os Bancos Centrais atuaram de forma contundente. Isto conduziu as taxas de juros a níveis máximos e a um drástico ajuste na valorização dos ativos de risco. Perante este cenário, a gestão adotou uma postura cautelosa com uma gestão dinâmica das coberturas em carteira.

Por um lado, reduziu-se significativamente a exposição ao mercado acionista desde o início do ano, embora, dada a aparente flexibilização das taxas de juros, tenha sido realizado um aumento tático do risco em maio, com o anúncio das últimas medidas dos Bancos Centrais, a gestão reduziu a exposição para 15% no final de junho. Geograficamente, a exposição ao Japão e aos mercados emergentes foi reduzida em abril, e desde maio o peso dos EUA em relação à Europa aumentou, uma vez que os EUA foram mais penalizados pelas correções em abril. A equipa de gestão manteve aberta uma estratégia de alto dividendo europeu versus Eurostoxx 50.

Na componente obrigacionista, a *duration* foi significativamente reduzida em junho, através da venda de dívida pública alemã a 10 anos, e foi reforçada a posição em mercado monetário. Além disto, ao longo do trimestre foi reduzido o risco de crédito, com a diminuição de posição em *Investment Grade* e *High Yield*. No final de junho, a *duration* do fundo era de 1,7 anos. Adicionalmente, a posição em fundos de retorno absoluto foi reduzida.

O fundo obteve uma rendibilidade negativa no primeiro semestre do ano, em termos absolutos e em relação ao seu índice de referência. A perda de rendibilidade absoluta é explicada principalmente pelo fraco desempenho das bolsas de valores, onde todas as regiões sofreram perdas. O alargamento dos spreads de crédito teve um forte impacto na valorização das posições de *Investment Grade* e crédito *High Yield*, e esta foi a principal perda de desempenho em relação ao índice de referência. O aumento das taxas de juros afetou o mercado obrigacionista em geral, embora a componente de dívida pública do fundo tenha apresentado um desempenho superior ao do índice.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2012	2 919 031	18,2103
2013	2 671 177	19,2728
2014	2 513 944	20,0183
2015	2 432 201	20,2798
2016	2 419 857	20,5529
2017	2 742 175	20,8308
2018	2 935 632	19,9518
2019	3 132 541	21,4091
2020	3 366 701	21,6056
2021	4 618 813	22,5264

Em 30 de Junho de 2022, o valor líquido global do Fundo ascendia a 101 049 493,98 euros, repartidos por 4 907 447 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 20,5911 euros.

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

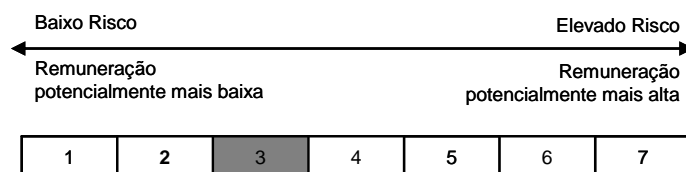
Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,16%	6,03%	3
2012	8,11%	3,47%	2
2013	5,83%	3,85%	3
2014	3,87%	5,04%	4
2015	1,30%	5,12%	4
2016	1,35%	3,76%	3
2017	1,34%	4,02%	3
2018	-4,22%	4,09%	3
2019	7,31%	3,10%	3
2020	0,92%	8,06%	3
2021	4,26%	3,40%	3

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade do fundo é de -7,1% e a classe de risco é de 3 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Notas:

- O Fundo De Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR alterou a sua política de investimento a 6 de setembro de 2021;
- As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;

- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes.
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020.

Custos e Proveitos

Descritivo	2022-06-30	2021-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	98 369	108 495	-10 125	-9%
Rendimento de Títulos	45 354	86 565	-41 211	-48%
Ganhos em Operações Financeiras	10 684 715	7 446 788	3 237 926	43%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	5 762	3 020	2 742	91%
Total	10 834 200	7 644 868	3 189 332	42%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	53 421	8 245	45 176	548%
Comissões e Taxas	890 056	661 627	228 429	35%
Comissão de gestão	808 571	611 675	196 897	32%
Comissão de depósito	17 799	13 438	4 361	32%
Outras comissões e taxas	63 686	36 514	27 171	74%
Perdas em Operações Financeiras	19 093 057	4 974 833	14 118 224	284%
Impostos	34 413	25 517	8 896	35%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	1 176	1 035	141	14%
Total	20 072 122	5 671 257	14 400 865	254%
Resultado do Fundo	-9 237 922	1 973 611	-11 211 533	-568%

Demonstração do Patrimônio

Descritivo	2022-06-30	2021-12-31
Valores mobiliários	86 779 910	92 341 828
Saldos bancários	14 481 381	11 059 698
Outros ativos	2 622 407	896 526
Total dos ativos	103 883 697	104 298 053
Passivo	2 834 203	252 853
Valor Líquido do OIC	101 049 494	104 045 200

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	86 818 515	83,57%	92 364 436	88,56%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	57 573 329	55,42%	48 687 409	46,68%
Títulos de dívida pública	31 552 012	30,37%	7 444 092	7,14%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII (ETFs)	26 015 751	25,04%	41 243 317	39,54%
Opções	5 566	0,01%	-	0,00%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	29 245 186	28,15%	43 677 027	41,88%
Obrigações diversas	-	0,00%	-	0,00%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII	26 715 642	25,72%	41 182 553	39,49%
Unidades de participação/ações de OII	2 529 544	2,43%	2 494 474	2,39%
Total do ativo	103 883 697	83,57%	104 298 053	88,56%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel

comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de

valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2022 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Factos Relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

4) Cumprimento de Limites

Em 30 de Junho de 2022, o fundo tinha aplicado 20,89% do VLGF em mercado monetário, Depósitos e dívida inferior a 1 ano, valor abaixo do limite máximo de 20% definido pelo prospeto do fundo. Este incumprimento correspondeu a uma situação esporádica e foi regularizado no dia 05 de Julho de 2022.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho) e o da elaboração do presente Relatório, mais precisamente em 8 de agosto de 2022, o Fundo Poupança Valorização FPR modificou a sua Política de Investimento, relativamente à respetiva Categorização SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*). Desde essa data (8 de agosto de 2022), o OIC passou a promover características ambientais e/ou sociais, enquadrando-se na classificação do Artigo 8º Regulamento (UE) 2019/2088.

Lisboa, 29 de agosto de 2022

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 103 883 697 euros e um total de capital do Fundo de 101 049 494 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9 237 922 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR**, em 30 de junho de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos

geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas

significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;

- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2022



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2022**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2022-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		Bruto	Mv	2022-06-30 mv/P	Líquido	2021-12-31 Líquido	Código		2022-06-30	2021-12-31
	Outros Activos							Capital do OIC		
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM						61	Unidades de Participação	24 477 854	23 038 178
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM						62	Variações Patrimoniais	25 299 600	20 497 060
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>						64	Resultados Transitados	60 509 962	57 078 215
							65	Resultados Distribuídos		
	Carteira de Títulos						67	Dividendos antecipados das SIM		
21	Obrigações	33 014 514	1 099	(1 502 204)	31 513 409	7 421 484	66	Resultado Líquido do Período	(9 237 922)	3 431 747
22	Acções	(0)			(0)	(0)		<i>Total do Capital do OIC</i>	101 049 494	104 045 199
23	Outros Títulos de Capital							Provisões Acumuladas		
24	Unidades de Participação	62 204 239	17 112	(6 960 417)	55 260 935	84 920 344	481	Provisões para Encargos		
25	Direitos	13 802		8 236	5 566	0		<i>Total de Provisões Acumuladas</i>		
26	Outros Instrumentos da Dívida							Terceiros		
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	95 232 555	18 211	(8 470 857)	86 779 909	92 341 828	421	Resgates a Pagar aos Participantes	141 483	81 706
	Outros Activos						422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
31	Outros activos						423	Comissões a Pagar	156 395	159 911
	<i>Total de Outros Activos</i>						424+...+429	Outras contas de Credores	2 485 983	9
	Terceiros						43+12	Empréstimos Obtidos		
411+...+ 418	Contas de Devedores	2 249 661			2 249 661	500 157	44	Pessoal		
424	Estado e Outros Entes Públicos	322 545			322 545	322 545	46	Accionistas		
	<i>Total de Valores a Receber</i>	2 572 206			2 572 206	822 702		<i>Total de Valores a Pagar</i>	2 783 862	241 625
	Disponibilidades							Acréscimos e diferimentos		
11	Caixa						55	Acréscimos de Custos	4 103	4 096
12	Depósitos à Ordem	14 481 381			14 481 381	11 059 698	56	Receitas com Provento Diferido		
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						58	Outros Acréscimos e Diferimentos	46 239	7 132
14	Certificados de Depósito						59	Contas transitórias passivas		
18	Outros Meios Monetários							<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	50 341	11 228
	<i>Total das Disponibilidades</i>	14 481 381			14 481 381	11 059 698		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	103 883 697	104 298 053
	Acréscimos e diferimentos							<i>Valor Unitário da Unidade Participação</i>	20,5911	22,5264
51	Acréscimos de Proveitos	45 859			45 859	29 592				
52	Despesas com Custo Diferido									
58	Outros acréscimos e diferimentos	4 342			4 342	44 231				
59	Contas transitórias activas									
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	50 201			50 201	73 823				
	TOTAL DO ACTIVO	112 336 343	18 211	(8 470 857)	103 883 697	104 298 053				
	Número total de Unidades de Participação em circulação				4 907 447	4 618 813				

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2022

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2022-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2022-06-30	2021-12-31	Código		2022-06-30	2021-12-31
Operações Cambiais				Operações Cambiais			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros	758 401	9 810 095	915	Futuros	1 129 769	1 130 781
	<i>Total</i>	<u>758 401</u>	<u>9 810 095</u>		<i>Total</i>	<u>1 129 769</u>	<u>1 130 781</u>
Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações			
934	Opções	5 566		934	Opções		
935	Futuros	1 798 229	8 380 822	935	Futuros	6 023 759	420 758
	<i>Total</i>	<u>1 803 795</u>	<u>8 380 822</u>		<i>Total</i>	<u>6 023 759</u>	<u>420 758</u>
Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	<u>2 562 196</u>	<u>18 190 917</u>		<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	<u>7 153 528</u>	<u>1 551 539</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>7 153 528</u>	<u>1 551 539</u>	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>2 562 196</u>	<u>18 190 917</u>

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2022-06-30

CUSTOS E PERDAS

Código		2022-06-30	2021-06-30
711+...+718	Juros e Custos Equiparados		
719	De Operações Correntes	53 421	8 245
	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	5 284	3 469
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	878 240	655 415
729	De Operações Extrapatrimoniais	6 532	2 743
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	10 214 825	3 450 647
731+738	Outras, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	8 878 232	1 524 186
	Impostos		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	88	
7412+7422	Impostos Indirectos	34 324	25 517
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 176	1 035
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>20 072 122</u>	<u>5 671 257</u>
79	Outros Custos e Perdas das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício		
66	Resultado Líquido do Período		<u>1 973 611</u>
	TOTAL	<u>20 072 122</u>	<u>7 644 868</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	<u>(7 541 911)</u>	<u>2 737 391</u>
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	<u>(735 840)</u>	<u>(76 773)</u>
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	<u>(9 237 927)</u>	<u>1 973 481</u>

PROVEITOS E GANHOS

Código		2022-06-30	2021-06-30
812+813	Juros e Proveitos Equiparados		
811+814+817+818	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	97 053	108 310
	De Operações Correntes	1 316	185
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	45 354	86 565
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	2 535 790	5 996 632
831+838	Outros, em Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	8 148 925	1 450 156
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	5 756	2 890
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>10 834 195</u>	<u>7 644 738</u>
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	5	130
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>5</u>	<u>130</u>
66	Resultado Líquido do Período	<u>9 237 922</u>	
	TOTAL	<u>20 072 122</u>	<u>7 644 868</u>
F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	<u>5</u>	<u>130</u>
B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	<u>(9 203 509)</u>	<u>1 999 128</u>
B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	<u>(9 237 927)</u>	<u>1 973 611</u>

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2022

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2022	30-06-2021
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	12 420 042	12 498 339
Subscrições de unidades de participação	12 420 042	12 498 339
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(6 118 048)	(2 787 135)
Resgates de unidades de participação	(6 118 048)	(2 787 135)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	6 301 994	9 711 205
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	49 993 309	21 973 531
Venda de títulos e outros ativos da carteira	11 291 752	2 592 845
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		100 000
Resgates de unidades de participação noutros OIC	38 573 133	19 108 441
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	45 455	86 565
Juros e proveitos similares recebidos	82 969	85 680
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(50 960 838)	(27 442 737)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(36 665 002)	(5 350 763)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(14 204 307)	(22 065 289)
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(53 374)	(7 878)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(358)	(221)
Outras taxas e comissões	(37 798)	(18 587)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(967 529)	(5 469 207)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	19 957 482	3 082 425
Operações cambiais	11 617 215	1 689 470
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	8 216 185	1 392 955
Margem inicial em contratos de futuros e opções	124 082	
PAGAMENTOS:	(20 992 514)	(3 258 356)
Operações cambiais	(11 985 550)	(1 670 842)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(9 000 247)	(1 513 935)
Margem inicial em contratos de futuros e opções		(71 123)
Comissões em contratos de futuros	(6 716)	(2 455)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	(1 035 031)	(175 931)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	5 851	4 477
Juros de depósitos bancários	713	184
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes	5 139	4 293
PAGAMENTOS:	(883 808)	(650 530)
Juros Disp./Emprst.	(508)	(369)
Comissão de gestão	(843 693)	(622 530)
Comissão de depósito	(18 572)	(13 703)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(19 819)	(13 758)
Outros pagamentos correntes	(1 216)	(169)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(877 957)	(646 053)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	205	130
Outros recebimentos de operações eventuais	205	130
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	205	130
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	3 421 682	3 420 144
Disponibilidades no Início do Período:	11 059 698	5 533 289
Disponibilidades no Fim do Período:	14 481 381	8 953 433

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2022 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2021-12-31	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	2022-06-30
Valor base	23 038 178	2 879 801	(1 440 124)	-	-	-	24 477 854
Diferença p/Valor Base	20 497 060	9 540 242	(4 737 701)	-	-	-	25 299 600
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	57 078 215	-	-	-	3 431 747	-	60 509 962
Resultados do período	3 431 747	-	-	-	(3 431 747)	(9 237 922)	(9 237 922)
Total	104 045 199	12 420 042	(6 177 826)	-	-	(9 237 922)	101 049 494
Nº de Unidades participação	4 618 813	577 357	(288 724)	-	-	-	4 907 447
Valor Unidades participação	22,5264	21,5119	21,3970	-	-	-	20,5911

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	-
Ups < 0.5%	25 380
TOTAL	25 380

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2022	30/jun/22	101 049 494	20,5911	4 907 447
	31/mai/22	103 122 041	21,1727	4 870 517
	30/abr/22	103 377 673	21,3683	4 837 896
	31/mar/22	103 350 575	21,6490	4 773 916
	28/fev/22	103 217 753	21,6709	4 762 961
	31/jan/22	103 076 941	21,9877	4 687 945
2021	31/dez/21	104 045 200	22,5264	4 618 813
	30/set/21	91 863 301	22,2975	4 119 893
	30/jun/21	84 423 900	22,1656	3 808 773
	31/mar/21	76 961 023	21,8697	3 519 074
2020	31/dez/20	72 739 702	21,6056	3 366 701
	30/set/20	67 537 705	20,9817	3 218 893
	30/jun/20	65 780 800	20,6470	3 185 969
	31/mar/20	62 930 207	19,9010	3 162 164

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
SPGB 0.8 30/07/27	1 377 556	-	(96 874)	1 280 682	9 876	1 290 557
SPGB 0% 31/05/24	540 314	-	(8 836)	531 478	-	531 478
SPGB 1.25 31/10/30	964 216	-	(110 664)	853 552	7 631	861 184
SPAIN 1.45 30/04/29	1 377 309	-	(131 789)	1 245 520	3 170	1 248 690
SPGB 0 31/01/26	1 378 741	-	(66 474)	1 312 267	-	1 312 267
BUBILL 0% 14/12/22	1 128 643	409	-	1 129 052	-	1 129 052
DBR 0.25% 15/02/27	1 241 469	-	(66 290)	1 175 179	1 130	1 176 309
DBR 0,5 15/2/28	964 469	-	(65 752)	898 717	1 727	900 444
DBR 0.25 15/02/29	1 378 167	-	(109 709)	1 268 458	1 250	1 269 708
OBL 0 18/10/24	1 380 968	-	(38 601)	1 342 367	-	1 342 367
OBL 0 10/04/26	1 655 158	-	(71 837)	1 583 321	-	1 583 321
SGLT 0% 13/01/23	752 340	690	-	753 030	-	753 030
BTPS 2.45 01/10/23	803 420	-	(14 853)	788 567	4 715	793 282
BTPS 0,50 01/02/26	1 377 406	-	(75 268)	1 302 138	2 849	1 304 987
BTPS 0.9% 01/04/31	549 142	-	(77 833)	471 309	1 271	472 580
BTPS 0.25 15/03/28	824 425	-	(76 018)	748 407	627	749 035
BTPS 0 15/04/24	539 834	-	(8 357)	531 477	-	531 477
BTPS 0 30/01/24	2 458 478	-	(42 342)	2 416 136	-	2 416 136
BOTS 0 14/02/23	1 694 400	-	(8 288)	1 686 112	-	1 686 112
BOTS 0 14/04/23	2 439 588	-	(8 655)	2 430 933	-	2 430 933
FRTR 0.25 25/11/26	1 351 702	-	(75 981)	1 275 721	1 990	1 277 711
FRTR 0.75% 25/11/28	551 652	-	(46 573)	505 079	2 370	507 448
FRTR 0% 25/11/29	1 792 337	-	(172 839)	1 619 498	-	1 619 498
FRTR 0 25/02/26	2 207 979	-	(99 284)	2 108 695	-	2 108 695
FRTR 0 25/02/24	1 657 590	-	(29 081)	1 628 509	-	1 628 509
BTF 0 16/11/22	627 210	-	(8)	627 202	-	627 202
	33 014 514	1 099	(1 502 206)	31 513 407	38 606	31 552 012
01.01.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
X MSCI EMERGING MARK	789 489	-	(96 879)	692 610	-	692 610
ETF iShares EUR Corp	3 066 780	-	(104 706)	2 962 074	-	2 962 074
ISHARES MSCI USA ESG	491 788	-	(33 981)	457 807	-	457 807
iSh core EM ETF	542 665	-	(46 913)	495 752	-	495 752
SPDR ACWI	251 478	-	(27 185)	224 293	-	224 293
SPDR BBG 0-3 EURO CO	3 152 009	-	(107 760)	3 044 249	-	3 044 249
ISHARES CORE MSCI EU	201 346	-	(15 487)	185 859	-	185 859
UBS ETF MSCI ACWI US	511 782	-	(43 968)	467 814	-	467 814
ISHARES S&P500 SWAP	550 310	-	(18 045)	532 265	-	532 265
SPDR EUR DIV ARISTOC	180 601	-	(10 570)	170 031	-	170 031
ISHARES MSCI ACWI	490 356	-	(42 162)	448 194	-	448 194
SPDR BBG EURO	208 157	-	(26 185)	181 972	-	181 972
BNP P S&P 500 UCITS	530 908	2 822	-	533 730	-	533 730
ISHARES EURO CORP LA	414 421	-	(53 570)	360 851	-	360 851
AMUNDI ECRP SRI 0-3	1 308 374	-	(43 148)	1 265 226	-	1 265 226
INVESC SP 500 AC EUR	4 217 586	-	(260 965)	3 956 621	-	3 956 621
iSh EURCorpBond ETF	1 838 588	-	(221 270)	1 617 318	-	1 617 318
XTRACKERS MSCI EUROP	177 282	-	(11 502)	165 780	-	165 780
X EURO STOXX QLY DIV	75 953	-	(5 250)	70 703	-	70 703
AMUNDI MSCI EUROPE U	299 765	1 010	-	300 775	-	300 775
AMUNDI INDEX MSCI EM	901 294	-	(113 384)	787 910	-	787 910
DB X-Trackers II IBO	866 374	-	(112 671)	753 703	-	753 703
X SP500 SWAP	2 158 370	-	(132 531)	2 025 839	-	2 025 839
Lyxor ETF SP 500	1 782 051	-	(73 707)	1 708 344	-	1 708 344
AMUNDI MSCI EUROPE U	533 608	-	(27 762)	505 846	-	505 846
AMUNDI SP 500 UCITS	2 015 035	-	(95 538)	1 919 497	-	1 919 497
LYXOR EUR CORP BOND	205 088	-	(24 401)	180 687	-	180 687
	27 761 459	3 832	(1 749 540)	26 015 751	-	26 015 751
01.01.08 - Opções						
UEAU2C 1.14 SET 22	7 076	-	(5 939)	1 137	-	1 137
UEAV2C 1.13 OUT22	6 726	-	(2 297)	4 429	-	4 429
	13 802	-	(8 236)	5 566	-	5 566

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.03 - Obrigações diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
Somec/92	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
01.03.05 - Ups e Ações de OIC que não OII (ETFs)						
Explorer - II	307 742	-	(236 895)	70 847	-	70 847
JAN HND HRZN EURO CO	388 093	-	(52 579)	335 514	-	335 514
AMUNDI ULT SHT BD SR	2 051 726	-	(19 760)	2 031 966	-	2 031 966
AMUNDI 3-6 M-IC	3 043 426	-	(18 360)	3 025 066	-	3 025 066
ML CRB GEMI U-INS	136 521	7 555	-	144 076	-	144 076
GRPAMA ULTRA SH TERM	1 856 945	-	(23 907)	1 833 038	-	1 833 038
WELL GBL QTY GROWTH	514 904	-	(76 172)	438 732	-	438 732
SCHRODER INTL EURO C	898 452	-	(143 638)	754 814	-	754 814
ELEVA EUROPEAN SEL-I	318 891	-	(28 523)	290 368	-	290 368
EURO S/T CREDIT-SI/A	1 035 256	-	(42 291)	992 965	-	992 965
MG EU CRD Q1ACCEUR	1 247 469	-	(153 083)	1 094 386	-	1 094 386
MFS MeridianEuropean	295 277	-	(31 826)	263 451	-	263 451
BLUEBAY-INV GRADE BD	1 171 419	-	(151 100)	1 020 319	-	1 020 319
Invesco Euro Corpora	721 621	-	(76 359)	645 262	-	645 262
MORGAN ST INV F-S	3 099 236	-	(82 908)	3 016 328	-	3 016 328
MS EUR BOND FUND	1 121 667	-	(140 465)	981 202	-	981 202
FRKN EUR S DUR BD	266 942	-	(2 231)	264 711	-	264 711
Exane Funds 2 – Exan	271 653	-	(33 435)	238 218	-	238 218
DWS INVEST-EU COR BO	234 429	-	(33 387)	201 042	-	201 042
DWS- INVEST- EU H YL	154 545	-	(7 963)	146 582	-	146 582
VONTOBEL-EUR CRP MID	108 655	-	(14 400)	94 255	-	94 255
AXA WORLD-EUR CR SHD	2 182 614	-	(101 121)	2 081 493	-	2 081 493
T. ROWE PRICE-US QE1	160 758	-	(8 411)	152 347	-	152 347
MAN AHL TRD H EUR	136 521	5 725	-	142 246	-	142 246
BNP PAR SUS ENH BD 1	6 603 177	-	(182 048)	6 421 129	-	6 421 129
SANTDR GO NTH AMERIC	82 209	-	(46 923)	35 286	-	35 286
Lux Invest Plus - B	3 400 000	-	(3 400 000)	-	-	-
	31 810 147	13 280	(5 107 785)	26 715 642	-	26 715 642
01.03.09 - UP e ações de OII (ETFs)						
Fundo Lusimovest	2 632 634	-	(103 090)	2 529 544	-	2 529 544
	2 632 634	-	(103 090)	2 529 544	-	2 529 544
TOTAL	95 232 555	18 211	(8 470 857)	86 779 909	38 606	86 818 515

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2022 foi o seguinte:

Descrição	2021-12-31	Aumentos	Reduções	2022-06-30
Numerário	-	-	-	-
Depósitos à ordem	11 059 698	85 136 555	81 714 873	14 481 381
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
Certificados de depósito	-	-	-	-
Outras contas de disponibilidades	-	-	-	-
TOTAL	11 059 698	85 136 555	81 714 873	14 481 381

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades

não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2022, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
AUD	248 345	-	-	-	-	-	248 345
CHF	129 448	-	-	-	-	-	129 448
GBP	189 356	-	216 100	-	-	216 100	405 456
JPY	26 805 358	-	(159 907 500)	-	-	(159 907 500)	(133 102 142)
SEK	342 954	-	-	-	-	-	342 954
USD	881 402	-	526 200	-	305 912	832 112	1 713 514
Contravalor Euro	1 584 998	-	(371 368)	-	294 514	(76 854)	1 508 143

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2022 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é a seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	6 626 329	-	-	(2 195 452)	-	4 430 878
de 1 a 3 anos	7 243 249	-	-	-	-	7 243 249
de 3 a 5 anos	8 763 291	-	-	-	-	8 763 291
de 5 a 7 anos	5 965 883	-	-	-	-	5 965 883
mais de 7 anos	2 953 263	-	-	-	-	2 953 263

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2022, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco de cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	(0)	(2 030 078)	-	(2 030 078)
Unidades de Participação	55 260 935	-	-	55 260 935
Direitos	5 566	-	-	5 566

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2022:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	101 049 494	104 045 199
Carteira com derivados	91 046 410	84 302 744
	9,90%	18,97%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2022, foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	840 914	0,82%
Comissão de Depósito	18 511	0,02%
Taxa de Supervisão	17 040	0,02%
Custos de Auditoria	1 174	0,00%
Encargos outros OIC	-	-
Outros Custos Correntes	36 099	0,04%
TOTAL	913 738	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumento a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.